



ISSN on-line: 2238-4170
<http://periodicos.estacio.br/index.php/gestaocontemporanea>
Gestão Contemporânea, Vila Velha, v.10, n.1, p. 01-15, dez. 2020.

ARTIGO ORIGINAL

ALFABETIZAÇÃO: QUALIDADE X QUANTIDADE

ORIGINAL ARTICLE

LITERACY: QUALITY X QUANTITY

Ednalva Gutierrez Rodrigues¹

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória/ES – Brasil

Fabrcia Pereira de Oliveira Dias²

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória/ES – Brasil

Shenia D'Arc Venturim Cornélio³

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória/ES – Brasil

Resumo

Este artigo apresenta contribuições que envolvem a alfabetização de crianças a partir dos eixos qualidade X quantidade. Busca compreender, por meio da análise dos documentos *Alfabetização como liberdade* (MEC/UNESCO, 2003) e *Alfabetização Infantil: os novos caminhos – Relatório Final* (BRASIL, 2007), o conceito de alfabetização a partir da relação qualidade X quantidade. A pesquisa documental foi a metodologia usada neste estudo. Apresenta um breve histórico do conceito da alfabetização, aponta o conceito defendido pela Unesco, discute o conceito de alfabetização como conhecimento científico e considera os aspectos que envolvem qualidade X quantidade nos contornos políticos do país. Finaliza com apontamentos críticos acerca da temática.

Palavras-chave: Conceito de alfabetização. Qualidade X Quantidade. Unesco.

Abstract

This article presents contributions related to the literacy of children, focusing on quality X quantity. Two documents are analysed in an attempt to understand the concept of literacy according to the relationship between quality X quantity, they are: *Literacy as Freedom* (MEC/UNESCO, 2003) and *Literacy for Young Children: new directions – Final Report* (BRASIL, 2007). The methodology used was document research. The article presents a brief history of literacy as a concept, including (?) the concept defended by Unesco. It also discusses the concept of literacy as scientific knowledge and considers the political aspects of quality X quantity according to the context of the country. The conclusion presents some critical comments on the theme.

Keywords: Concept of literacy. Quality X Quantity. Unesco.

¹ Doutora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, Linha de Pesquisa: Educação e Linguagens. Professora do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ednalva.rodrigues@ufes.br

² Doutora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, Linha de Pesquisa: Educação e Linguagens. Professora da Faculdade Estácio (Vitória, ES). E-mail: fabrcia30@gmail.com

³ Doutora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, Linha de Pesquisa: Educação e Linguagens. Professora da Rede de Ensino Doctum/Unices. E-mail: shedarc@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Que aconteceria se o mundo inteiro se tornasse alfabetizado? Resposta: não muita coisa, pois o mundo é, em grande medida, estruturado de uma forma tal que é capaz de absorver esse impacto. Mas se o mundo consistisse de pessoas alfabetizadas, autônomas, críticas, construtivas, capazes de traduzir as idéias em ação, individual ou coletivamente – então muita coisa mudaria (JOHAN GALTUNG *apud* GRAFF, 1994, p. 52).

Harvey Graff (1994) documenta as diversas maneiras como a alfabetização existiu na América do Norte e na Europa e aponta que a dificuldade em conceituar alfabetização, tanto no presente quanto no passado, está ligada à “[...] generalidade que cerca a concepção do que significa ser alfabetizado e como isto poderia ser determinado” e, também, à “[...] falta de conhecimento sobre os [reais] benefícios da alfabetização” (GRAFF, 1994, p. 75-6). Com relação a esse último aspecto enfatiza o questionamento: *o que aconteceria se o mundo inteiro se tornasse alfabetizado?* Sua resposta objetiva e reflexiva se traduz nos apontamentos delineados neste texto, ao analisar os documentos *Alfabetização como liberdade* (MEC/UNESCO, 2003) e *Alfabetização Infantil: os novos caminhos – Relatório Final* (BRASIL, 2007), que, por meio de uma pesquisa documental - compreendida por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) como uma metodologia de exame crítico e compreensão de diversos tipos de documentos –, articula o conceito de alfabetização com as políticas que envolvem a leitura e escrita no Brasil entrelaçadas ao binômio qualidade X quantidade.

ALFABETIZAÇÃO COMO LIBERDADE: APONTAMENTOS DA UNESCO SOBRE O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

Segundo dados da Unesco (MEC/UNESCO, 2003) éramos, à época, mais de 860 milhões de adultos analfabetos no mundo, ou seja, uma em cada cinco pessoas com mais de 15 anos não possuía domínio da leitura e da escrita. Desse quantitativo, dois terços eram mulheres. Atualmente, a realidade ainda não se mostra significativamente alterada tendo em vista que ainda permanecemos com

774 milhões de adultos, sendo 63,8% mulheres, sem saber ler e escrever (dados da própria Unesco, 2013). Tais fatos refletiam e ainda refletem a falta de investimento no processo de alfabetização infantil e expressam a necessidade de investimento nesse campo. No caso específico do Brasil, de acordo com o Censo 2010, o analfabetismo compromete o futuro da nação, principalmente em regiões como Norte e Nordeste, onde o percentual de analfabetos atinge 18,7% (nordeste) e 10,6% (norte).

Se considerarmos que a alfabetização é um direito humano e que a declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todos têm o direito à educação, como explicar a falta de oportunidade de acesso à alfabetização no Brasil?

Por outro lado, o que é ser ou não ser alfabetizado? O que é ser incluído ou excluído de diferentes contextos que envolvem a leitura e a escrita em uma sociedade grafocêntrica como a que vivemos? Lamentavelmente, como demonstram os dados do Censo (2010), a exclusão escolar em nosso país é um fato presente na vida de muitos cidadãos.

Nos últimos quarenta anos, conforme documento da Unesco (MEC/UNESCO, 2003), muitos fóruns já discutiram a necessidade de melhoria da qualidade da alfabetização. Entretanto, apesar de inúmeros esforços, não há ainda resultados expressivos em termos da alfabetização mundial, o que pode refletir a ausência de preocupação em torno da sua qualidade.

A declaração pela Organização das Nações Unidas (ONU) da Década da Alfabetização, com o objetivo de levar a Educação a Todos e que teve início no ano de 2003 estendendo-se até 2012, expressa a preocupação desse órgão com o processo de apropriação da leitura e da escrita. De acordo com a declaração, “[...] a alfabetização favorece a identidade cultural, a participação democrática, a cidadania, a tolerância pelos demais, o desenvolvimento social e a paz [...]” (MEC/UNESCO, 2003, p. 7). Assim “[...] Por meio da alfabetização, os menos favorecidos podem encontrar sua voz [...]” (MEC/UNESCO, 2003, p. 13).

Como dito, a alfabetização universal de crianças e adultos constitui um direito humano fundamental, uma necessidade básica dos sujeitos na sociedade atual e um elemento importante para o exercício de liberdade, para a formação crítica, por isso, não podemos fechar os olhos para a realidade do analfabetismo, que teima em permanecer, e para a produção pela escola de analfabetos funcionais.

CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO A PARTIR DA UNESCO

Segundo Graff (1994, p. 27)

[...] os supostos lugares da alfabetização e da escolarização não são [...] muito bem compreendidos [...]. E essa construção equivocada dos significados e contribuições da alfabetização, assim como as interessantes contradições que daí resultam, é não apenas um problema empírico e de demonstração, mas também uma falha de conceptualização e, ainda mais, de epistemologia.

Partindo dessa análise e considerando a influência dos movimentos internacionais, buscamos, no documento *Alfabetização como liberdade* (2003), a definição dada pela Unesco à alfabetização em diferentes períodos. Antes, porém, precisamos compreender que “[...] Todo conceito é uma produção histórica, ressignificada em função do contexto social, econômico, político e epistemológico de cada período histórico [...]” (PÉREZ, 2008, p. 178).

Nesse sentido, o conceito de alfabetização, no período pós-guerra, reflete as concepções da época, constituindo-se na “[...] capacidade de ler, escrever e fazer cálculos aritméticos [...]” (MEC/UNESCO, 2003, p. 33). Assim, promover a alfabetização significa dar aos indivíduos a *capacidade de codificar e decodificar* a linguagem em forma escrita e oral.

Nos anos 1960, a partir dos avanços e exigências da vida social, passamos a conviver com uma *visão funcional da alfabetização* em resposta às demandas econômicas. O foco passou a ser, então, as capacidades de leitura e escrita necessárias ao aumento da produtividade no trabalho (MEC/UNESCO, 2003).

Nos anos 1970, a influência de Paulo Freire acrescentou ao conceito de alfabetização adotado pela Unesco a dimensão sociopolítica, desenvolvendo o “[...]”

conceito de *alfabetização crítica*, entendida como a capacidade de participar como cidadão atuante, de uma democracia, de criticar as práticas institucionais, de reivindicar direitos e de desafiar as estruturas de poder [...]” (MEC/UNESCO, 2003, p. 34, grifos nossos).

A partir dos anos 1980, a Unesco apresentou uma distinção entre a *alfabetização autônoma e a ideológica*, “[...] autônoma significando uma capacidade independente de valores e de contextos, e ideológica na acepção de uma prática necessariamente definida pelo contexto político e social [...]” (MEC/UNESCO, 2003, p. 34). Nos anos 90, na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien) e na Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Hamburgo), definiu-se a alfabetização

[...] em termos amplos, consistindo no ‘*conhecimento e nas habilidades básicas necessárias a todos num mundo em rápida transformação*’, como ‘direito humano fundamental’⁴ e como capacidade necessária em si e ‘*um dos alicerces das demais habilidades necessárias para a vida*’ (MEC/UNESCO, 2003, p. 8, grifos nossos).

O foco colocado, cada vez mais intensamente, sobre as práticas de alfabetização, no uso da mesma e nos contextos onde ela é transmitida levou ao reconhecimento de que esse processo serve a propósitos múltiplos e é adquirida de diferentes maneiras. Dessa forma, mostra-se evidente que a alfabetização deve estar relacionada com as várias dimensões da vida pessoal e social e, também, com o desenvolvimento. Logo, é preciso compreender que os esforços em torno dela precisam estar vinculados a um conjunto de políticas econômicas, sociais e culturais que perpassam vários setores da sociedade.

Dessa forma, “[...] A alfabetização é um instrumento de aprendizagem e também uma prática social, cujo uso é capaz de reforçar a voz e a participação de comunidades e indivíduos na sociedade [...]” (MEC/UNESCO, 2003, p. 27). Assim, deve servir como expressão de valores humanos universais, identidades locais e não apenas conferir poder a uns para ser exercido na dominação de outros.

⁴ Esta visão de alfabetização como um direito humano deriva diretamente da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que em 1948, consagrou a educação como um direito básico.

Ao pontuar os conceitos de alfabetização utilizados pela Unesco nas últimas décadas, podemos concluir, de acordo com Graff (1994), que eles não têm levado em consideração os contextos históricos, sociais e culturais onde a alfabetização é realizada. Sabemos, entretanto, que é preciso compromisso público para garantir o acesso, qualidade e permanência dos cidadãos à educação, por isso, é imprescindível que existam mudanças estruturais na economia mundial e nacional que permitam o acesso aos bens culturais e materiais produzidos pelos seres humanos. O não alcance de metas lançadas na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien (1990), no Fórum Mundial de Educação de Dacar (2000) expressam a necessidade desse tipo de mudança.

RESPOSTA DO BRASIL AO CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO DEFENDIDO PELA UNESCO

Em resposta ao documento *Alfabetização como liberdade* (MEC/UNESCO, 2003), a Câmara dos Deputados, através de uma Comissão de Educação e Cultura, elaborou o Relatório Final denominado *Alfabetização Infantil: os novos caminhos*. O relatório foi elaborado por Grupo de Trabalho constituído por essa Comissão e apresentado em 15 de setembro de 2003⁵.

A questão central de que trata o relatório diz respeito à alfabetização das crianças. Alerta os avanços científicos obtidos nos últimos trinta anos no campo da leitura e, em especial, menciona que o estudo da leitura, hoje, se constitui em um ramo científico sólido. Enfatiza que inúmeros progressos foram realizados nas práticas de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, mas que o Brasil se encontra à margem desses conhecimentos e desses progressos.

A finalidade do relatório é trazer informações acerca da alfabetização infantil no Brasil ao conhecimento das autoridades educacionais, Universidades e da sociedade civil organizada. Ressalta que da mesma forma que ocorreu em outros países (EUA, França, Inglaterra) “[...] a aplicação dos conhecimentos da ciência

⁵ A segunda edição do citado relatório foi produzida em 2007.

cognitiva da leitura pode trazer importantes contribuições para a revisão das políticas e práticas de alfabetização no Brasil” (BRASIL, 2007, p. 13).

São enfatizados no relatório dois problemas crônicos em relação à alfabetização: o *primeiro* relaciona-se ao fato do Brasil não conseguir alfabetizar adequadamente suas crianças, o que compromete o sucesso escolar dos alunos e afeta de maneira irreversível a trajetória escolar das pessoas de nível socioeconômico mais baixo, que constituem a maioria da população que frequenta as escolas. O *segundo* problema diz respeito à dificuldade do País em usar conhecimentos científicos e dados de avaliação para melhorar a qualidade da educação.

O relatório se constitui de seis capítulos. Neste texto, deteremos nossa atenção na análise *dos progressos da ciência cognitiva da leitura*, pois trata do conceito de alfabetização.

CIÊNCIA COGNITIVA DA LEITURA E O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

Como dito, o início do século XXI acentua a complexidade do conceito de alfabetização, incorporando uma multiplicidade de sentidos. De acordo com o relatório final apresentado pelo Grupo de Trabalho (GT) da Câmara dos Deputados, uma postura eminentemente política ou ideológica tem levado o Brasil a rejeitar evidências objetivas e científicas sobre como as crianças aprendem a ler. Nesse caso, afirmam que:

[...] O estudo da alfabetização rompeu com o mundo da especulação e do amadorismo para se filiar à tradição mais rigorosa da ciência experimental.
[...] A descoberta de que a consciência fonológica e a consciência fonêmica, por um lado, e, por outro o ensino explícito do princípio alfabético são centrais nesse processo está solidamente estabelecido [...] (BRASIL, 2007, p. 23).

Desta forma, contrários às propostas educacionais elaboradas pelo Ministério de Educação (MEC) na década de 1990, a partir da abordagem construtivista,

resgatam a importância dos aspectos fonético e fonológico envolvidos na alfabetização e, conseqüentemente, o reconhecimento das palavras, evidenciando o valor de informações de natureza ortográfica, semântica, sintática e pragmática.

Diante desse fato e para encaminhar nossas discussões, faz-se necessário levantar o questionamento: *como a alfabetização passa a ser concebida nos documentos oficiais que orientam a alfabetização no Brasil?* De acordo com o relatório final do GT, fica claro que “[...] o ensino sistemático de fônica produz maior impacto no crescimento da leitura antes dos alunos adquirirem a competência para ler de forma autônoma” (BRASIL, 2007, p. 67). Dessa forma, “A essência da alfabetização reside na decodificação, portanto é essencial a escolha de métodos eficazes para ensinar o aluno a decodificar [...]” (BRASIL, 2007, p.72). Assim, a qualidade na alfabetização é pensada com base em aspectos cognitivos, enfatizando a aprendizagem do ato de codificar e decodificar a língua, supervalorizando a dimensão linguística em detrimento de outros aspectos que integram o processo de apropriação da leitura e da escrita e de formação humana.

Nesse sentido, Gontijo (2013 apud GONTIJO, COSTA, OLIVEIRA, 2019) auxilia-nos a problematizar essas questões, pensando a alfabetização como

uma prática sociocultural em que as crianças, adolescentes, jovens e adultos, por meio do trabalho integrado com a produção de textos orais e escritos, a leitura, os conhecimentos sobre os sistema da língua portuguesa e com as relações entre sons e letras e letras e sons, exercem a criticidade, a criatividade e a inventividade.

De acordo com a autora, a importância da escrita em nossa sociedade letrada é inegável e é preciso pensar a linguagem como uma produção humana e como um evento que ocorre na interação entre pessoas. Além disso, o legado da alfabetização não se restringe ao domínio das relações entre sons e letras (preconizados por métodos de codificação e decodificação da escrita), mas incide sobre a capacitação para a elaboração de textos – tanto orais como escritos – e para a leitura, sem desconsiderar a importância da formação de uma consciência crítica. Gontijo; Schwartz (2011) ainda assinalam que a alfabetização deve ser analisada como *campo de conhecimento* que compreende diferentes objetos de estudo, variadas concepções de linguagem, de discurso, de texto, nas quais se

fundamentam a sua produção científica e, também, diversas abordagens metodológicas.

Isto posto, deixamos claro que o processo de alfabetização defendido neste artigo não se limita à dimensão linguística como proposto pelo relatório final “*Alfabetização Infantil: os novos caminhos*”. Assim, entendemos ser necessária uma discussão em torno dos aspectos conceituais defendidos no Brasil que envolvem o binômio qualidade X quantidade nas discussões sobre a alfabetização.

RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE X QUANTIDADE E O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

“A questão da alfabetização universal não deveria ter sido resolvida no século passado?” (MEC/UNESCO, 2003, p. 11). Essa indagação, além de perturbadora, revela uma das motivações da Unesco na elaboração do documento *Alfabetização como Liberdade* e na captação da participação mundial para diminuição de índices de analfabetos em todo o planeta. A meta de se atingir 50% dos analfabetos, além da diminuição da distância entre os gêneros (tendo em vista que a maior parte do percentual de analfabetos compreende mulheres) é uma palavra de ordem em todo o documento. E, nesse sentido, compreendemos que as críticas dirigidas aos altos índices de analfabetismo no mundo indicam que a expansão/universalização da alfabetização formata as ações desejadas para esse período, constituindo-se num padrão de qualidade que se espera para a Década da Alfabetização.

A esse respeito, Oliveira e Araujo (2003) destacam em suas análises que, historicamente, a expansão do ensino constitui-se num dos parâmetros usados como um indicador social de qualidade na educação. Para esses autores, a democratização do ensino no Brasil – ou seja, a sua expansão quantitativa – foi impulsionada e transformada em política pública porque a escola não conseguia atender a todos. Beisiegel (2006) também assinala que o caráter excludente da escola – no que se refere à oportunidade do acesso – motivou reivindicações populares em busca desse ingresso. Justifica-se, portanto, a expansão quantitativa

da alfabetização almejada pela Unesco como um balizador para a qualidade na alfabetização.

Além da expansão da alfabetização, outro indicador social de qualidade presente nas propostas da Unesco é a avaliação das ações implementadas na instaurada Década da Alfabetização, com vistas a formalizar um banco de dados e informações para possíveis ajustes de ações. Essas avaliações em larga escala propostas pela Unesco revelam que, para esse organismo, a quantidade não é suficiente para definir padrões de qualidade.

Essas pontuações permitem compreender que “[...] a tensão entre qualidade e quantidade (acesso) tem sido o condicionador último da qualidade possível [...]” (OLIVEIRA; ARAUJO, 2003, p. 8). Corroborando com as afirmações desses autores, acreditamos que os padrões de qualidade da Unesco são engendradas por essa mesma tensão citada. E, mais, concluímos que a quantidade (índice de alfabetizados esperados) é preponderante no que se espera da qualidade das ações aclamadas para a Década da Alfabetização.

Não desconsideramos a urgência da expansão, nem a preocupação com a qualidade do processo de apropriação da leitura e da escrita. Apenas ousamos problematizar os indicadores sociais de qualidade presentes nesse documento. E mais, desejamos que sejam consideradas as afirmações de Oliveira; Araujo (2003, p. 8) quando se referem à “[...] necessidade de transformar o padrão de qualidade para todos em parte do direito público e subjetivo à educação fundamental”.

Todas as ações avaliadas que objetivam garantir a qualidade da alfabetização são legitimadas pelo critério de que ela “[...] deve contribuir para a liberdade e para a igualdade, sendo parte integrante de um projeto social que tem como objetivo uma sociedade mais justa e mais equitativa” (MEC/UNESCO, 2003, p. 49), viabilizada pelo suposto empoderamento dos sujeitos alfabetizados. Atrelada a um suposto impulso para o desenvolvimento econômico, social e cultural do mundo, é “[...] a alfabetização que liberta as pessoas da ignorância, incapacidade e exclusão, e as liberta para a ação, escolhas e participação [...] Por meio da alfabetização, os sem-poder podem se empoderar” (MEC/UNESCO, 2003, p. 13). Na tentativa de

aprofundar a discussão sobre os padrões de qualidade proeminentes no documento *Alfabetização como Liberdade*, torna-se importante destacar a lógica desse discurso sobre o “empoderamento”, resultado da condição de ser alfabetizado.

Como elemento redutor da pobreza, a aprendizagem da leitura e da escrita constitui-se no “[...] pré-requisito para um mundo saudável, justo e próspero.” (MEC/UNESCO, 2003, p. 16). Afirma-se a alfabetização como uma *chave mágica*, inclusive para a paz mundial. Logo, emerge o discurso desse documento – que se torna recorrente – sobre um possível empoderamento dos excluídos: a alfabetização seria capaz de conferir maior poder às pessoas, “[...] um dos instrumentos que podem conferir maior voz e participação nos processos políticos, contribuindo assim para a paz, a democracia e para uma cidadania atuante” (MEC/UNESCO, 2003, p. 46).

Essas pontuações desconsideram a exclusão como condição engendrada pelas desigualdades provenientes da sociedade de classe em que vivemos. Concomitantemente, concedem à alfabetização o poder de transformar essa realidade, como se a condição de alfabetizado pudesse, por si, propiciar o fim da pobreza e da miséria no mundo. Concordamos com Beisiegel (2006) que as técnicas aprendidas na escola, bem como as habilidades desenvolvidas pelas crianças e jovens redundam em benefícios – o que já nos impele a defesa da democratização da escolarização. Reconhecemos, como esse autor, que esses ganhos reais, por mais que se consolidem em casos individuais e não afetem nossa estrutura social, beneficiam parcela da população. E, nesse sentido, defendemos a expansão da alfabetização a todos, em todo o mundo.

Entretanto, a tarefa dada à alfabetização reconduz-nos a uma reflexão já pontuada no início desse trabalho por Graff (1994) e nos instiga a questionar: se a alfabetização universal fosse alcançada e um mundo próspero, pacífico, sem pobreza e desigualdade não se tornasse uma realidade, que avaliação se faria da alfabetização? Em nossas análises, há uma tendência acrítica de se pensar a alfabetização como redentora social, desconsiderando uma sociedade dividida em classes que, por sua vez, se sustenta por meio das desigualdades sociais e, por

isso, as mantém. Torna-se nítido a inferiorização das implicações de um contexto social excludente e o atrelamento da alfabetização a fins econômicos ou desenvolvimentistas.

Reiteramos que não queremos, com essas pontuações, criticar a expansão universal da alfabetização. Defendemos a democratização da educação como um todo. Mas, com Beisiegel (2006) temos indícios de que essas propostas da Unesco representam afirmações liberais que mascaram, sob o discurso de oportunidades de realização individual associada à igualdade de oportunidade de alfabetização, um processo de exclusão que não problematiza e não questiona os fundamentos dessa sociedade desigual e injusta. Assim, por meio das análises de Beisiegel (2006, p. 117) a respeito das críticas ao processo de democratização das oportunidades de ensino, concordamos que:

Quando a população encontra possibilidades reais de ingresso no ensino comum e vê progressivamente eliminadas ou, pelo menos enfraquecidas, as barreiras que impediam sua progressão na sequência da escolaridade, já não teria tanta evidência a existência desses mecanismos. [...] as mudanças já enunciadas estariam dando foros de legitimidade às afirmações da existência de uma sociedade aberta, onde a possibilidade de plena realização das potencialidades individuais estaria assegurada pela igualdade das oportunidades de aproveitamento do serviço da Educação.

Concluimos que há um processo de consolidação das desigualdades sociais pelo discurso de expansão da alfabetização na medida em que a exclusão paulatina dos indivíduos do processo de apropriação de leitura e escrita é condicionada por questões sociais, econômicas e culturais desconsideradas pelo ensino (formal ou não), reforçando uma ideia de que um processo de democratização social seria viabilizado apenas pela universalização da alfabetização.

REFLEXÕES FINAIS

Não duvidamos que, por meio da alfabetização, muitas pessoas podem ser ouvidas. Podem também participar nos processos políticos, contribuindo para uma democracia e uma cidadania atuante. Entretanto, dada a sua natureza multifacetada, dependendo da forma que é conduzida pode resultar em situação oposta: domesticação para a manutenção de uma ordem vigente. Para que de fato

tenhamos uma alfabetização como prática de exercício da cidadania, será necessário mudar, em princípio, os próprios conceitos que têm orientado as práticas e as políticas de alfabetização.

Não podemos deixar de sinalizar a importância da defesa que a Unesco faz em torno da alfabetização, apontando para a necessidade de que esta é um direito humano, que serve a propósitos múltiplos e é adquirida de diversas maneiras dependendo das práticas locais e do contexto sociopolítico. Assim, para alcançar esses níveis de qualidade, preconizados na legislação brasileira e em acordos internacionais, é urgente equacionar a tensão qualidade x quantidade.

A expansão do acesso à escolarização configura-se como um ganho para as classes populares, porém é necessário repensar os sentidos produzidos pela escola. Até que ponto o acesso físico corresponde ao acesso ao conhecimento? A busca por uma educação de qualidade deve ser direito de todas as crianças que entram na escola. Não apenas o acesso, mas a garantia de apropriação de conhecimentos, superando uma lógica de barateamento e sucateamento da educação. Para Oliveira; Araujo (2003, p. 21), o desafio que se impõe é, pois “[...] criar as condições de efetivação do princípio constitucional do padrão de qualidade do ensino (art. 206, inciso VII da Constituição Federal) como nova dimensão do direito à educação”.

Pensando dessa forma, a alfabetização, como um conhecimento fundamental, contribui para a liberdade e para a igualdade, sendo parte integrante de um projeto social que almeja uma sociedade mais justa. Por isso, é preciso resistir a certos discursos políticos que decretam a morte dos sonhos e defendem um pragmatismo oportunista e negador da utopia.

Em tempos como os atuais, em que vivemos o renovo desse mesmo discurso que tenta reorganizar as práticas pedagógicas a partir de métodos tradicionais de ensino (historicamente criticados pela produção do fracasso escolar nas salas de alfabetização e pelo conceito de alfabetização em que se fundamentam), revisitar esses documentos justifica a relevância de nossa discussão que, mais que apontar

um caminho único, propõe reflexões e problematizações sobre os pilares que sustentam os conceito(s) de alfabetização em propostas oficiais. Afinal,

A depender do conceito adotado, os objetivos da alfabetização podem contribuir para a formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos silenciosos, repetidores ou responsivos, que saibam codificar e decodificar, usar a leitura e a escrita em contextos profissionais e comunitários ou com condições atuar/agir responsavelmente na sociedade em que vivem (GONTIJO, COSTA, OLIVEIRA, 2019, p. 16).

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Líber Livro, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. Grupo de trabalho alfabetização infantil. **Os novos caminhos**: relatório final. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

GONTIJO, C. M. M; COSTA, D. M. V.; OLIVEIRA, L. D. de. Conceito de alfabetização e formação de docentes. In: GÓES, M. S.; ANTUNES; J. S. C.; COSTA, D. M. V (Organizadoras). **Experiências de formação de professores alfabetizadores**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; SCHWARTZ, Cleonara Maria. (Des)Caminhos da Alfabetização no Brasil. In: **Alfabetização e Letramento**: o que muda quando muda o nome? Rio de Janeiro: Editora Rovellet, 2011. p. 33-49.

GRAFF, Harvey J. **Os labirintos da alfabetização**: reflexões sobre o presente e o passado da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MEC/UNESCO. **Alfabetização como liberdade**. Brasília: MEC, 2003.

PÉREZ, Carmen Luca Vidal. Alfabetização: um conceito em movimento. In: **Alfabetização**: reflexões sobre saberes docentes e saberes discentes. São Paulo: Cortez, 2008. p. 178-201.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, n. 1, p. 1-14, 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Qualidade do ensino**: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a02n28.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

UNESCO. **Segundo Informe Mundial sobre el aprendizaje y la educación de adultos**. Hamburgo, Alemanha: Instituto de la Unesco por el Aprendizaje a lo Largo de Toda la Vida, 2013.